
CADERNO PEDAGÓGICO



AVALIAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS SURDOS



THAYANE NASCIMENTO FREITAS

Freitas, Thayane Nascimento.

Avaliação inclusiva para alunos surdos [recurso eletrônico] / Thayane Nascimento Freitas. – São Luís: [s.n.], 2022.

30 p. :il. color.

O caderno pedagógico em formato digital constitui-se produto educacional do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, da Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Inclui bibliografia.

1.Avaliação da aprendizagem. 2.Aluno surdo. 3.Educação inclusiva.
I.Título.

CDU: 376-056.263



APRESENTAÇÃO

Olá caros leitores,

Este caderno pedagógico é um produto educacional, resultante da dissertação “O aluno surdo: um estudo acerca da avaliação da aprendizagem na perspectiva inclusiva nos Anos Finais do Ensino Fundamental”, do Programa de Mestrado Acadêmico de Educação Especial e Inclusiva- PROFEI/UEMA.

O *E-book* foi desenvolvido para professores e pesquisadores que querem aprender sobre a temática. Visto que, existem poucos materiais didáticos acerca da avaliação para alunos surdos, viemos através deste motivá-los a pensar na avaliação de forma inclusiva e mostrar que é possível realizá-las em todo o processo escolar.

Não se trata de um manual com modelos de avaliação a serem seguidos rigorosamente, mas um material com reflexões e sugestões de **como avaliar** o aluno surdo na escola regular, pois cada aluno deve ser avaliado de acordo com seu perfil.

Almejamos que essa leitura proporcione *práticas avaliativas inclusivas* para a educação dos alunos surdos, principalmente no Ensino Fundamental.



SUMÁRIO

➤	INTRODUÇÃO.....	03
➤	CAPÍTULO 1. APROFUNDANDO CONCEITOS SOBRE AVALIAR...05	
	1.1 POR QUE AVALIAMOS?.....	06
	1.2 O QUE É A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM?.....	07
	1.3 A AVALIAÇÃO SERVE PARA INCLUIR O ALUNO SURDO?.....	10
	1.4 QUEM É O ALUNO SURDO?.....	13
➤	CAPÍTULO 2. ABRIR CAMINHOS: METÓDOS E TÉCNICAS PARA UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA.....	15
	2.1- EXEMPLO DE AVALIAÇÕES	16
	2.2- INFOGRÁFICO- AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA SURDOS.....	23
	2.3- DICAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA EM AVALIAÇÃO INCLUSIVA.....	24
➤	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
➤	REFERÊNCIAS.....	26
➤	SOBRE A AUTORA.....	28



INTRODUÇÃO

Pensar em uma escola como direito de todos, é vivenciar um contexto permeado pela diversidade cultural, linguística, política e identitária, em que há uma pluralidade em formas de aprender, assim sendo, há necessidade de diferentes práticas pedagógicas que possibilitem o pleno desenvolvimento do aluno em consonância com suas habilidades.

A educação vem evoluindo na busca de tornar esse direito educacional viável, com uma prática inclusiva, que respeite as diversidades nas escolas em todas as modalidades ofertadas. As legislações brasileiras e ações cotidianas propostas hoje, almejam identificar e potencializar as habilidades de todos os alunos, inclusive os alunos Público-alvo da Educação Especial- PAEE que frequentam a escola regular.

Nesse contexto, o ensino e a aprendizagem ocorrem de forma específica para cada alunado, onde começa a complexidade de oferecer uma educação inclusiva, com as barreiras que historicamente encontramos, como a atitudinal, linguística, arquitetônica, metodológica, programática e instrumental. (SASSAKI, 2009)

Na busca de promover as acessibilidades necessárias para incluir, precisamos pensar em todo o processo escolar, que deve ser aliado a uma avaliação que visa melhorar a aprendizagem de todos os alunos, especificadamente nesse caderno pedagógico, iremos conhecer e refletir sobre alunos PAEE, que são do grupo de deficiência auditiva/ surdez.

Compreendemos o ato de avaliar como uma ação integrante do processo de ensino e de aprendizagem e que por meio desta é possível uma tomada de decisão ao qual classificamos, qualificamos e ajustamos, e se tratando de processos educacionais, é balizador de novas ações pedagógicas visando um avanço educacional dos alunos.

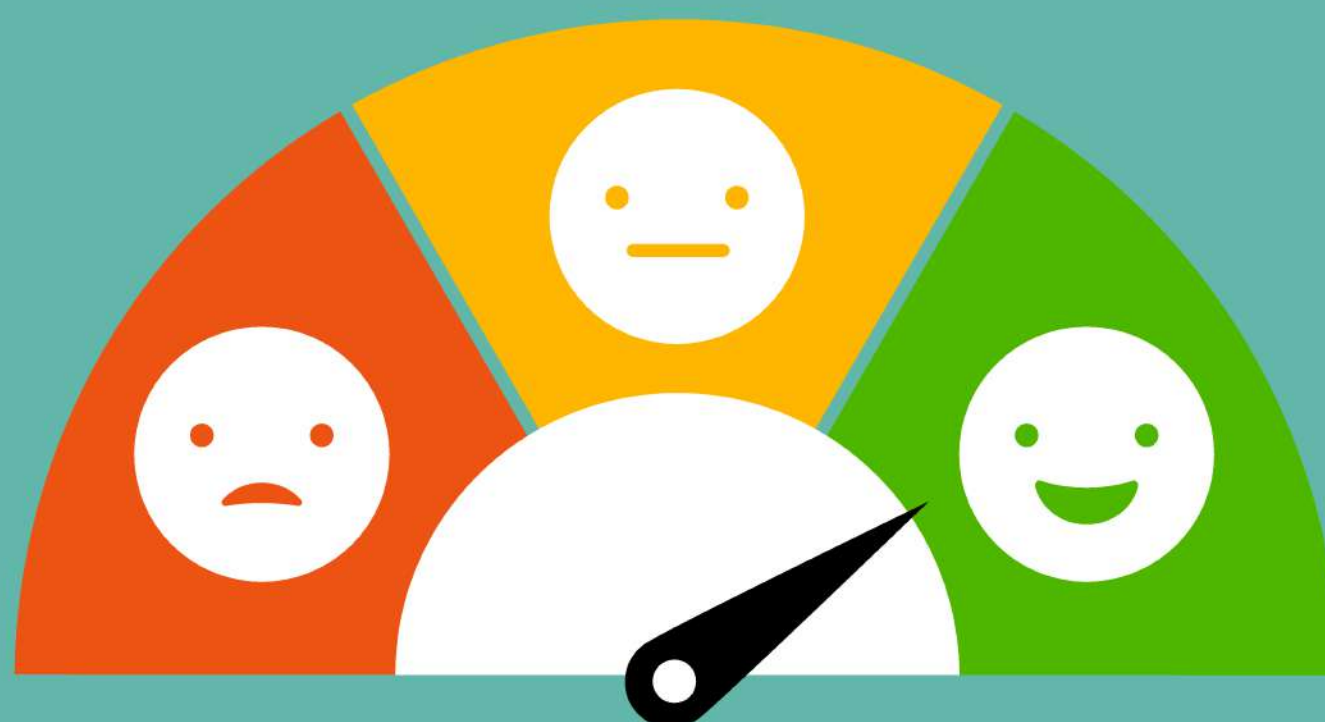


INTRODUÇÃO

Neste Ebook, temos como objetivo Geral, o de contribuir com o processo educacional dos alunos surdos através do estudo sobre Avaliação da aprendizagem inclusiva. E como objetivos específicos, iremos apresentar conceitos acerca da avaliação da aprendizagem como instrumento inclusivo para alunos surdos; e compartilhar estratégias e propostas avaliativas inspiradas nas diretrizes legais e nas necessidades do aluno surdo.

O caderno pedagógico encontra-se dividido em **dois capítulos**. No primeiro capítulo, será apresentado: o aluno surdo, os conceitos acerca do ato de avaliar, e serão aprofundadas especificando os tipos de avaliação, o processo de avaliar como instrumento inclusivo, finalizando com reflexões baseadas na dissertação, de como avaliar o aluno surdo, valorizando sua cultura, identidade e língua. No segundo capítulo, abordaremos sobre: métodos e técnicas para uma avaliação inclusiva, adaptando atividades utilizadas pelas professoras pesquisadas, tornando-as acessíveis para alunos surdos, assim como, apresentar dicas de avaliações com indicação de leituras e cursos voltados para a inclusão de surdos e a avaliação da aprendizagem.

Destacamos a necessidade e importância da formação continuada de todos os professores que fazem parte da escola regular, enfatizando que a acessibilidade para alunos surdos só será eficaz se os professores que trabalham com este público, garantam primeiramente o acesso linguístico através da Língua de Sinais- LS, que aqui no Brasil é chamada de Língua Brasileira de Sinais- Libras. Acreditamos que este *E-book* fomentará ações reflexivas na construção de avaliações inclusivas e coerentes à necessidade do aluno surdo.



CAPÍTULO 1

APROFUNDANDO CONCEITOS SOBRE AVALIAR



CAPÍTULO 1 - APROFUNDANDO CONCEITOS PARA AVALIAR

06



POR QUE AVALIAMOS?

O tempo todo estamos avaliando, seja para escolher algo que JULGAMOS ser bom ou ruim; ANALISAMOS possibilidades; QUALIFICAMOS ideias referentes a diversos temas diários; CLASSIFICAMOS as roupas que usamos, portanto, sempre utilizamos uma característica da avaliação em nossa rotina. Dentro do ambiente escolar a avaliação é essencial para o ensino e a aprendizagem, porque é o elo entre o ponto de partida e o objetivo que queremos alcançar com os alunos.

Ao abordarmos a temática de avaliação da aprendizagem, precisamos compreender que é uma ação integrante do processo educacional, e que por meio desta é possível uma tomada de decisão ao qual classificamos, qualificamos e ajustamos, e se tratando de processos educacionais, é balizador de novas ações pedagógicas visando um avanço educacional dos alunos.

Como estratégia metodológica, a avaliação permeia o processo de ensino e aprendizagem dos alunos dentro da instituição escolar, e conforme a Constituição Federal de 1988, todas as pessoas têm direito à educação, portanto, o público-alvo da educação especial, sobretudo os alunos com deficiência auditiva/surdez, devem estar dentro das escolas e serem avaliados conforme a proposta pedagógica de ensino e aprendizagem para que a avaliação cumpra seu papel fundamental que é o de promover avanços significativos de aprendizagem.

Corroborando a uma avaliação mais inclusiva, que leva em consideração todos os processos de aprendizagem, refletindo em uma análise das metodologias e práticas docentes, pois não pode acontecer no ensino em turmas inclusivas, a predominância de uma única estratégia ou de um único recurso de aprendizagem para todos os alunos que são públicos pluriculturais, sendo indispensável a avaliação continuada do ensino, da aprendizagem e dos serviços de apoio necessários para cada aluno, respeitando suas especificidades. (ZERBANO; MENDES, 2018)





O QUE É A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM?

A avaliação utilizada na escola que conhecemos hoje, surgiu junto com necessidade da organização social da humanidade, com a responsabilidade do ato de ensinar e aprender, em um processo de racionalização e de materialização da instituição escola. Analisando a história, percebemos que o ato de avaliar se faz necessário para o conhecimento e desenvolvimento dos alunos de cada época.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996, que introduziu o termo avaliação que conhecemos, o de “avaliação da aprendizagem”, que assegura em seu art. 24, inciso V, que a verificação do rendimento escolar deverá acontecer mediante principalmente de uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno” (Brasil, 1996). Já nas leis anteriores, a referência que se tinha de avaliação era relacionada à “aferição do aproveitamento escolar” e ao “exame”.(LUCKESI, 2011)

Ainda sobre a avaliação, a LDB 9.394/96, acrescenta ainda critérios para o rendimento escolar, como a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, ou para alunos avançados mediante verificação da aprendizagem.

Os documentos que regem hoje a avaliação e a Base Nacional Comum Curricular- BNCC para a Educação Básica, defendem que a avaliação deve ter um caráter mais construtivista, com uma análise global e individual de cada aluno, utilizando-se de todos os caráter avaliativos definidos por lei, para que os alunos tenham oportunidade de se desenvolver em um ambiente acolhedor, justo e cheio de possibilidades. (BRASIL, 2018)





Existem na literatura, diferentes conceitos e compreensões sobre o ato de avaliar um aluno, que além dos documentos orientadores, autores estudiosos da área manifestam-se rumo à uma avaliação coerente com as demandas sociais, educacionais e políticas.

Na perspectiva de Luckesi (2005, p. 36), o avaliar “ [...] trabalha com a qualidade atribuída por sobre um desempenho que manifesta com características quantitativas, ou seja, sobre um determinado montante de aprendizagem atribui-se uma qualidade.”, definindo a avaliação como processual e contínua.

Hoffmann (2003, p.14), já aponta que a avaliação realizada nas escolas “[...] marca a trajetória de alunos e educadores, até então, é a que define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados”, com a presença de elementos como a prova, nota, conceito, reprovação, aprovação ou registros, compreendendo assim, avaliação em todos os seus aspectos, qualitativo e quantitativo.

Importa antes de detalharmos sobre as orientações legais da avaliação da aprendizagem, indicarmos as diversas nomenclaturas que provocam equívoco na utilização destas orientações, visto que, existem diversos níveis de avaliação relacionados à educação escolar. Segundo Afonso (1995 *apud* Desprebiteris 2009), existem cinco níveis de avaliação: internacional, nacional, institucional, curricular e de sala de aula. O referido autor, caracteriza os últimos três citados como:

Avaliação Institucional	Avaliação Curricular	Avaliação de sala de aula
Está voltada para cada instituição de ensino e visa analisar todos os componentes do processo educacional: currículos, desempenho de professores, materiais didáticos, infraestrutura, recursos econômicos e cursos de formação, entre outros.	Está voltada a analisar especificadamente o currículo, que abrange todas as atividades intra e extracurriculares de uma instituição de educação.	Está voltada para uma análise da aprendizagem, realizada no âmbito da sala de aula, laboratórios e oficinas, sendo de responsabilidade do docente. Baseia-se na relação professor e aluno, com caráter formativo, contínuo e com instrumentos variados.



Quanto ao caráter da avaliação destacado pela LDB de 1996, valoriza todo o processo educativo, e excede a visão de apenas classificar os alunos, destaca modalidades de avaliação que abarca todo o processo letivo. Ao abordar a avaliação como contínua e cumulativa, esta se caracteriza como uma avaliação formativa.

A literatura indica que existem três tipos de avaliação, a diagnóstica, a formativa e a somativa. Segundo os autores Bloom, Hasting e Madaus (1983) e Luckesi (2005), quanto modalidades de avaliação apresentam as seguintes características, trazendo etapas para um conceito relacionado ao desenvolvimento do aluno:

Diagnóstica (Analítica)	Formativa (Controladora)	Somativa (Classificatória)
É uma investigação feita no início dos programas de ensino, sobre o desempenho escolar dos alunos, que vai gerar um conhecimento como está o nível de aprendizagem do aluno, afim de diagnosticar o que aprendeu e não aprendeu nas séries/etapas anteriores, para que depois, seja possível uma intervenção de reorientação daquela aprendizagem. (LUCKESI, 2005)	Deve ocorrer ao longo do desenvolvimento do programa, projetos e produtos educacionais, com vistas a proporcionar informações úteis para que os responsáveis possam promover o aprimoramento do que está sendo objeto de implementação. (VIANNA, 2000, <i>apud</i> TALMAG 2018).	Acontece no final dos processos educativos, tem por objetivo avaliar em que medida o aluno se desenvolveu na direção desejada, busca identificar o que o aluno aprendeu. Ao final é atribuído uma nota ou conceito para verificar e informar o desempenho do aluno naquele processo/ etapa educacional. (BLOOM 1983 <i>apud</i> TALMAG 2018)

FREITAS (2022) *apud* Luckesi (2005) e Talmag (2018)

Baseado nessas três funções básicas da avaliação escolar previstas, considera-se que estas devam ser conjugadas para garantir a eficácia de um sistema avaliativo mais coeso tendo como resultado a excelência no filtro do processo ensino-aprendizagem. Outros fatores também devem ser considerados para que haja um ambiente favorável de avaliação, a exemplo da realidade institucional, os objetivos escolares, o conhecimento sobre avaliação por parte da comunidade escolar, principalmente do avaliador, os materiais dispostos para escolhas dos instrumentos, dentre outros.



A AVALIAÇÃO SERVE PARA INCLUIR O ALUNO SURDO?

Ao considerarmos a escola como um direito adquirido para todos, é preciso refletir sobre a diversidade cultural, identitária, linguística e múltiplas formas de aprendizagem que cada aluno vivencia através de suas experiências e, portanto, a reflexão sobre múltiplas formas também de práticas pedagógicas e avaliativas que contemplem todo o alunado atendido dentro das instituições escolares, evitando práticas excludentes e classificatórias.

Na nossa Constituição Federal (1988), no Art. 206, dispõe que o ensino deverá oferecer “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, e com isso, compreendemos que todos os alunos devem ser atendidos com práticas/instrumentos avaliativos coerentes com seu ritmo de aprendizagem, considerando assim, todas as especificidades.

Assim, a avaliação, deve levar em consideração o currículo da escola, como se descreve a ação avaliativa no planejamento das práticas escolares, e a inclusão de alunos Público-alvo da Educação Especial- PAEE, para que ocorra uma adaptação curricular.

Reconhecer o papel da avaliação no processo educativo dos alunos, principalmente dos que são PAEE, nos fazer refletir sobre as diferentes aprendizagens, possibilitando que a diversidade escolar seja percebida em todos os aspectos, e que a avaliação não seja apenas o final desse processo, mas todo o percurso, superando a abordagem classificatória, objetivando destravar barreiras de acessibilidade pedagógica.

Na premissa de pensar em uma inclusão nas práticas avaliativas, entendemos que é necessário abranger a discussão para as dimensões da acessibilidade enquanto direito primordial, visando construir uma consciência pedagógica ao nível de complexidade que é a oferta de uma avaliação que inclua os alunos surdos.



Na Lei Brasileira de inclusão- LBI promulgada em 2015, aponta a definição geral do que vem a ser as “acessibilidades”, mas são diferentes para cada público, pois visa a adequação deles em cada dimensão, aqui nessa discussão, vamos abordar apenas às necessidades do Sujeito Surdo. Assim, segundo Sassaki (2009), identifica seis tipos de acessibilidades apresentadas no quadro abaixo adaptado para alunos surdos por Freitas (2022):

TIPO DE ACESSIBILIDADE	APLICAÇÃO AO ALUNO SURDO
ARQUITETÔNICA	Fornecer salas bem iluminadas; fazer uso de um sinalizador de luz para sirenes; posicionamento adequado do quadro, professor e intérprete, para melhor visibilidade.
COMUNICACIONAL	Promover uma comunicação sem barreiras; capacitar a comunidade escolar para o uso de Língua Brasileira de Sinais.
METODOLÓGICA	Adequar métodos de ensino (incluindo a avaliação) considerando a cultura surda;
INSTRUMENTAL	Utilização adequada de instrumentos e utensílios em sala , evitando a valorização apenas da cultura do som; valer-se de instrumentos visuais.
PROGRAMÁTICA	Conhecer e aplicar as políticas públicas, legislações e normativas que asseguram os direitos dos alunos surdos.
ATITUDINAL	Eliminação de preconceitos, estigmas e estereótipos nos comportamentos das pessoas para com o aluno surdo.

FREITAS (2022)

As acessibilidades do quadro acima são fundamentais para incluir o aluno surdo, conseqüentemente, avaliá-lo de forma inclusiva. No momento da elaboração de uma avaliação para esse público, devem se considerar principalmente a acessibilidade comunicacional (linguística), metodológica e programática.

Para termos uma acessibilidade linguística, devemos levar em consideração que o paradigma educacional hoje, está se encaminhando para que se tenha uma escola inclusiva, e darmos mais um passo importante, o que a comunidade surda necessita, que é uma escola bilíngue para surdos na perspectiva inclusiva, necessitarão muitas reflexões e aprofundamento nos estudos surdos e culturais para que seja uma escola realmente eficaz para a comunidade surda.



Após compreender que é necessário a quebra da ideologia de ensino voltada apenas para ouvinte, o currículo deve ser modificado, pensando em uma proposta bilíngue que tenha a Libras como língua de instrução, os aspectos culturais da comunidade surda, ter profissionais qualificados em Língua de Sinais e que conheçam a cultura surda, e que nesse espaço também recebam alunos ouvintes, principalmente os familiares de surdos, para que a língua seja disseminada entre toda a sociedade, diminuindo as barreiras linguísticas e culturais entre surdos e ouvintes.

Depois de ter uma língua comum para receber instrução, o aluno surdo precisará de uma acessibilidade metodológica que considere sua cultura surda, portanto, os professores e envolvidos no processo de escolarização desse público, deverão proporcionar métodos de ensino compatíveis as especificidades do aluno surdo.

Uma das formas de garantir a acessibilidade metodológica, é elaborando um Plano Educacional Individualizado (PEI) para cada aluno surdo baseado em suas peculiaridades. Esse tipo de planejamento segundo Valadão e Mendes (2018), infelizmente ainda se restringe aos serviços das salas de recursos multifuncionais, feito somente pelo professor do Atendimento Educacional Especializado- AEE. A parceria entre os professores deveria fazer parte da rotina escolar, porém, não contamos ainda com um ensino colaborativo em massa.

Depresbiteris e Tavares, (2009 *apud* Talmag 2018) aproximam a acessibilidade programática na avaliação, pois apartir do momento em que seguimos critérios mais holísticos com diagnosticos sobre o conhecimento do aluno, perpassando a ideia da avaliação tradicional, valoriza a metacognição, no sentido de perceber não apenas um instante de práticas avaliativas, mas fazer de todo o processo, uma grande análise de desenvolvimento do aluno, principalmente dos alunos surdos, com instrumentos diversificados e adaptados, que darão subsídios para uma avaliação justa.



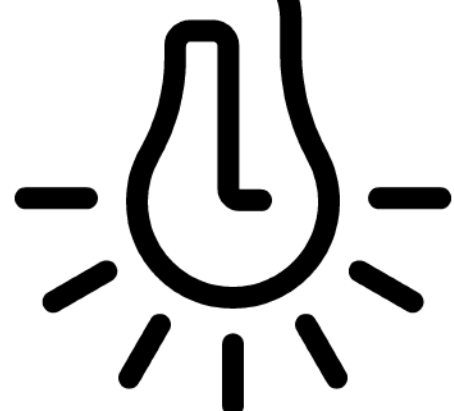


QUEM É O ALUNO SURDO?

Segundo Quadros (2003), podemos definir a surdez através de dois entendimentos, uma que admite a surdez como deficiência, pela falta de um sentido, a audição; e por outro lado, a surdez com diferença, admitindo o surdo como sujeito socioantropológico, e com uma língua e cultura própria, portanto, a autora define como “a concepção clínica de surdez e a sócio antropológica” (QUADROS, 2003, p. 88).

O Decreto nº 5626/2005 legitima a lei nº 10.436/2022 (Reconhece a Língua Brasileira de Sinais- Libras), fortalecendo a inclusão escolar e linguística do aluno surdo. Segundo esse Decreto no art. 2º, o surdo é aquele/a que “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Para oferecer qualquer serviço educacional para o aluno surdo, é necessário ter a consciência das visões que se tem do surdo, pois na visão clínica, a surdez é vista como uma deficiência, levando em consideração a comunidade ouvinte, fazendo com que o surdo seja inferior a referida comunidade, e deixando-o sempre em desvantagem se comparado a maioria da população (SKLIAR, 1988). Essa visão produzida pela área médica, classifica a surdez em diferentes graus, definindo as possibilidades de desenvolvimento do sujeito surdo decorrente a qual grau de perda auditiva este venha a ter.



**PARA CONHECER
MAIS, LEIA NA
ÍNTEGRA:**

Lei nº 10.436/2022
Decreto nº 5.626/2005





Conceber o surdo apenas nessa visão, nos leva a ideia de que este necessita buscar uma “cura”, com uma intervenção clínica, para que chegue o mais próximo de ser “ouvinte” na comunidade, decorre-se na busca de torná-los surdos oralizados, do uso de próteses, implantes e outros métodos para sair dessa “deficiência” que dificulta seu desenvolvimento. (LULKIN, 1998).

Através dos estudos socioantropológicos, o surdo é visto de outra maneira, entende-se que a comunidade surda tem sua diferença cultural e linguística. Nesta visão considera-se o sujeito surdo como um ser com história, língua, costumes e percepções diferentes das dos ouvintes, pela forma como interagem com o mundo. Assim, vários autores, como Wrigley (1996) consideram o surdo como uma pessoa dotada de direitos, que tem uma língua em outra modalidade, pois a língua de sinais é visual-espacial, e constroem sua identidade pautada nessas diferenças, fazendo-se uso de estratégias cognitivas e comportamentais diferentes da maioria ouvinte.

Vale ressaltar que consideramos nesse caderno pedagógico, o surdo na visão socioantropológica, e a partir do contexto dessas visões, podemos entender a importância do uso da língua de sinais. Corroborando com Falcão (2007):

A língua de sinais promove a leitura do mundo e habilidades conceituais e reflexivas que resultam em competências de saberes pessoais, sociais e profissionais em todos os ambientes de convivência familiar, escolar, nas relações interpessoais e no âmbito profissional, desde que, apresentada conceitual e naturalmente desde os primeiros anos de vida. (p.16)

O sujeito surdo que não sabe articular a língua de sinais implica viver em constantes desafios sociais decorrentes das suas dificuldades de interagir com o outro, daí a necessidade da aprendizagem dessa língua. É interessante notar que a maioria dos problemas de aprendizagens de surdos identificadas nas escolas, está ligada às não capacidades linguísticas do professor em fazer uso da língua de sinais.





CAPÍTULO 2

ABRIR CAMINHOS: MÉTODOS E TÉCNICAS PARA UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA





CAPÍTULO 2 - ABRIR CAMINHOS: MÉTODOS E TÉCNICAS PARA UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA



EXEMPLO DE AVALIAÇÕES

Neste capítulo iremos abordar a avaliação inclusiva de forma prática, com exemplo de atividades que podem ser adaptadas para surdos, e que trará uma abordagem de Desenho Universal para Aprendizagem- DUA, em que podem ser utilizadas para surdos e não surdos. Enfatizamos que todas as atividades apresentadas a seguir, podem ser utilizadas de forma interdisciplinar.

Algumas atividades encontram-se detalhadas com: conceito, metodologia e avaliação. Apresentamos também sugestões de outras atividades que devem ser pensadas na mesma perspectiva de inclusão trabalhada no capítulo 1. Ao final, um infográfico em forma de resumo, mostrará como proceder para refletir e executar avaliações inclusivas para alunos surdos.

ESTUDO DE CASO

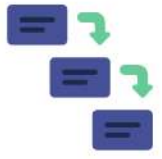


CONCEITO

Os Casos são apresentações de situações ocorridas no mundo real ou fictício, apresentadas aos estudantes com a finalidade de prepará-los para a prática ao mesmo tempo em que se ensina a teoria. Pode ser apresentado em forma de diálogo, dramatização, sequência fotográfica, descrição e outras.

Envolve capacidades de interpretação, análise, elaboração de argumentos, transferência entre teoria e prática, persuasão e abertura para aprender com os outros, tomar decisões e rever pontos de vista. Não se busca consensos, mas a riqueza de pontos de vista diferentes, apoiados em fundamentos teóricos.

Os temas para o estudo de caso podem ter como fonte a própria experiência do professor, as experiências dos alunos ou uma temática específica do conteúdo a ser estudado.



METODOLOGIA

O professor após decidir democraticamente o estudo de um determinado caso, deve considerar as especificidades dos alunos surdos e antecipar os possíveis materiais humanos e concretos para incluí-los. Em seguida, o tema deve ser exposto para todos, assim os alunos terão acesso ao tema e deverão se apropriar de mais informações, para isso, o professor deve ofertar um breve tempo para a pesquisa. Salienta-se que os alunos devem estar cientes que a dinâmica dessa atividade é sugerir diversas soluções para o caso, não havendo assim, uma única solução.

Após o tempo de pesquisa, leitura e reflexão dos alunos, o professor deverá iniciar a discussão questionando os alunos os pontos mais relevantes do caso estudado. A discussão pode ser feita de forma individual ou em grupo. Durante a discussão, o professor deve intervir, comentar e fazer novas perguntas para aprofundar o estudo. Deve-se fomentar a participação de todos para que haja subsídios para avaliação individual de cada aluno.

Cuidado ao apresentar determinados conceitos que sejam muito abstratos, pois deverá elucidar a todos os alunos, principalmente os alunos surdos sobre o significado e contexto utilizado. Ao final, depois de todos terem tido oportunidade de expor seus pontos de vistas coerentes com o tema do estudo de caso, o professor deverá fazer um resumo do que foi debatido ou mesmo sugerir que os alunos façam.



AVALIAÇÃO

Os alunos ouvintes e surdos devem estar cientes que serão avaliados na atividade, e que não há no estudo de caso apenas um tipo de resolução. É necessário para avaliar perceber se os alunos conseguiram expressar as habilidades e competências objetivadas pelo professor na temática estudada dentro de cada disciplina específica e se conseguiram ir além do que foi estudado.



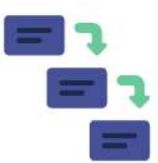


GLOSSÁRIO EM CONTEXTO



CONCEITO

O glossário é uma lista de palavras, geralmente organizadas em ordem alfabética que pertencem a uma mesma matéria ou a mesma área de estudo, em que as palavras técnicas novas ou com pouco uso são definidas e comentadas em contexto.



METODOLOGIA

As disciplinas escolares são recheadas de palavras incomuns do vocabulário usual dos alunos. E se tratando de alunos surdos, a língua portuguesa com palavras polissêmicas dificultam o entendimento desses alunos, portanto essa atividade inclui e serve como instrumento avaliativo a todos.

De acordo com o tema ou conteúdo a ser ensinado pelo professor, é necessário que os alunos tenham independência para ler e compreender os textos das disciplinas escolares, portanto, ofertar a oportunidade de pesquisa sobre termos incomuns e elaboração de glossário, fará com que os alunos exercitem a metacognição e tenham maior autonomia.

Em grupo ou individualmente o professor deve disponibilizar os textos com a temática ou conteúdo escolhido e deixar com que os alunos identifiquem as palavras não conhecidas ou incomuns, e busquem seu significado em diversos contextos. Interessante que a construção do glossário seja feita de forma colaborativa escrita ou utilizando ambientes virtuais como o Google Drive, para que se torne um documento acessível a todos de pesquisa e estudo.



AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados pela participação no Glossário, engajamento na pesquisa e busca por contextos diversificados. Os alunos surdos deverão ser avaliados na mesma perspectiva, levando em consideração o nível de aquisição da língua portuguesa destes.



RESENHA DE FILMES E LIVROS



CONCEITO

Resenha é um gênero textual que consiste na descrição de um texto ou de um filme, no qual quem escreve pode expressar a sua opinião. As resenhas são lidas pelas pessoas que pretendem saber algo acerca de um conteúdo assistido ou lido. Por isso, elas podem influenciar a escolha do leitor, que tem dúvida sobre ler um livro ou outro, e do espectador, que ainda não decidiu se quer ou não assistir tal filme.



METODOLOGIA

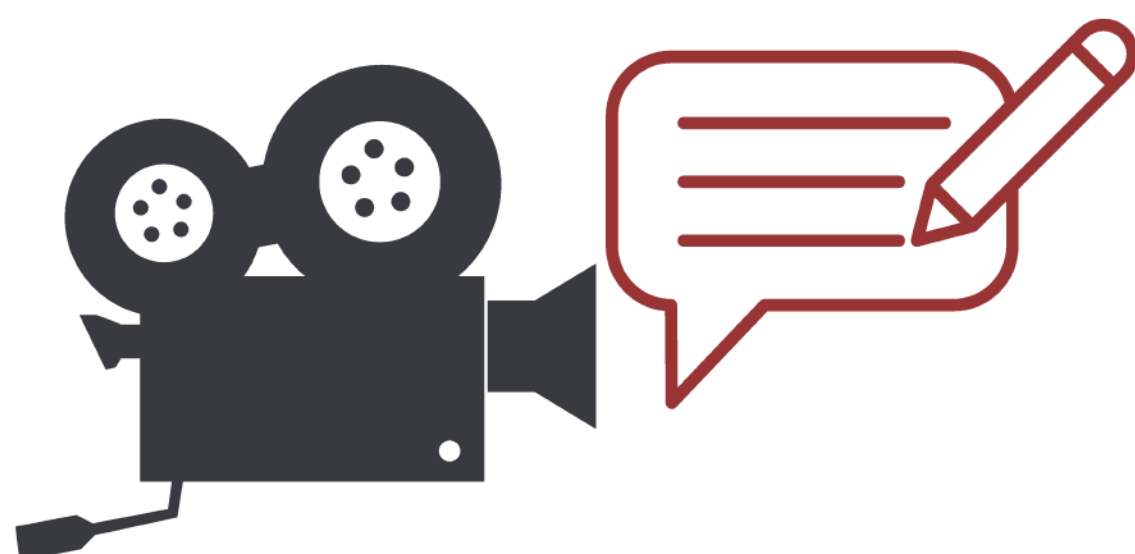
Primeiramente o professor deverá apresentar o gênero, caso seja desconhecido dos alunos. O professor pode sugerir um livro ou filme, assim como dar opções e escolher de forma democrática com os alunos.

Essa atividade avaliativa pode ser usada em todas as disciplinas e nos diversos contextos, apresentado em texto escrito ou sinalizado para os alunos surdos. Para que os alunos sejam objetivos em suas resenhas, o professor deve definir o número de páginas escrito no papel, ou o número de caracteres e/ou linhas digitadas.



AVALIAÇÃO

Deverá ser considerado ao avaliar: a compreensão sobre os elementos que constituem a resenha, e a habilidade de apresentar a obra ou filme, assim como expor suas opiniões quando a resenha for crítica.





PRODUÇÃO DE VÍDEOS



CONCEITO

A criação de vídeo estimula a expressão de conteúdos de forma mais espontânea, já que nossos alunos são nativos digitais e usam vídeos na internet para a comunicação. Aliado ao um bom planejamento, os professores podem propor avaliações criativas por vídeos e beneficiará a todos os alunos surdos que usam a Libras para a comunicação.



METODOLOGIA

Para criar um vídeo, os alunos precisam fazer um roteiro do que querem apresentar, que pode ser uma encenação, observação narrada em Libras, diálogos ou entrevistas breves, receitas, poesias e outras construções visuais.

O conteúdo escolhido deve ser definido pelo professor, a filmagem e a organização deve ser de responsabilidade do aluno. Os vídeos podem ser compartilhados no *Google Drive* ou *Google Classroom*, assim como pode ser repassado via grupo de *Whats App*, e também apresentado a todos da sala no dia da aula como proposta avaliativa.



AVALIAÇÃO

O professor deverá elaborar uma ficha de critérios de acordo com o tema, que podem ser: qualidade do vídeo, edição, conteúdo, forma de expressão e outros. Esses critérios devem ser apresentados previamente a todos os alunos.





CONCEITO

É um trabalho que visa uma abordagem interdisciplinar, pois várias disciplinas podem ser contempladas, além de trabalhar o gênero telejornal, os professores devem valer-se da era digital, o trabalho pode ser gravado e disponibilizado em plataformas digitais, ou "ao vivo" no dia da aula prevista.

O telejornal deve seguir um roteiro prévio com abertura, imagens, acessibilidade em Libras, apresentando inicialmente uma notícia *lide*, os entrevistados, a previsão do tempo e outros temas de acordo com o escolhido pelo professor ou os alunos.



METODOLOGIA

O professor deve apresentar aos alunos a estrutura de um telejornal, após essa apresentação, o professor deve enfatizar a importância da acessibilidade em Libras. Deve ser explicado os objetivos da atividade, o tempo, e os critérios de avaliação da apresentação do telejornal.

O tema a ser escolhido pode ser livre à escolha dos grupos, e o professor adequará a temática aos conteúdos trabalhados em sala. Os grupos devem ser em pequena quantidade, entre 4 a 5 alunos, devem subdividir os alunos em funções, como: 2 apresentadores, 1 repórter, e os outros alunos organizam o roteiro e o cenário. Deverá ser mediado pelo professor, sugerindo leituras, vídeos e recursos para melhorar a apresentação do telejornal.



AVALIAÇÃO

O professor deverá criar uma lista de critérios em conjunto com os alunos, ou apresentá-los previamente, enfatizando as habilidades a serem trabalhadas em sua disciplinas. Devem ser avaliados: a criatividade, diversidade de quadros do telejornal, atualidade, pesquisa das notícias, apresentação, roteiro e acessibilidade.





OUTROS EXEMPLOS DE AVALIAÇÕES INCLUSIVAS PARA SURDOS (FERNANDES, 2007)



**PROVA INTERPRETADA PARA LIBRAS/
RESPOSTAS EM LIBRAS (VÍDEO-PROVA)**



**VALORIZAÇÃO DE IMAGENS COM
ENUNCIADOS OBJETIVOS
EXPLANAÇÃO DE CONCEITOS**



**TEXTOS COM LINGUAGEM CLARA E
EXPLORAÇÃO DE VOCABULÁRIO**



**APRESENTAÇÕES TEATRAIS, SEMINÁRIOS,
PESQUISAS, MAPAS CONCEITUAIS E OUTRAS
ATIVIDADES QUE VALORIZEM O VISUAL.**



INFOGRÁFICO- AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA SURDOS





DICAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA EM AVALIAÇÃO INCLUSIVA



TEXTOS

ALÉM DOS TEXTOS QUE ESTARÃO NAS REFERÊNCIAS DO CADERNO PEDAGÓGICO, É INTERESSANTE A LEITURA DE OUTROS TEXTOS COMO:

- Avaliação escolar na Educação Especial: Um mapeamento na Revista Brasileira de Educação Especial no período de (2006-2020).

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16334>

- Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem de alunos da modalidade Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7190>



VÍDEOS

CIPRIANO LUCKESI



JUSSARA HOLFFMANN



THAYANE FREITAS



SITES

BLOG DO FREITAS



Blog do Freitas

Destinado a temas sobre avaliação educacional. Contra a destruição do...

avaliacaoeducacional.com

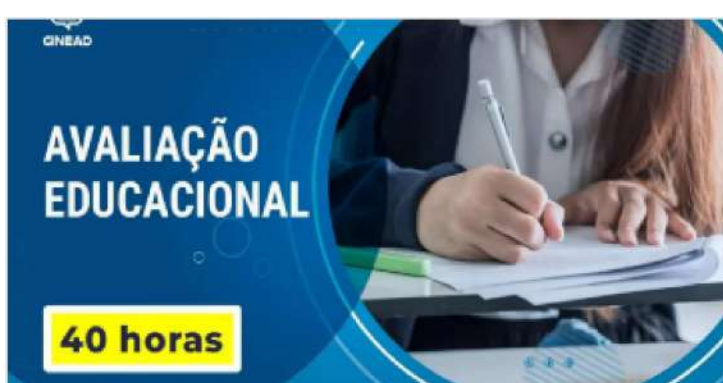
SITE DE GRUPO DE ESTUDO EM AVALIAÇÃO

[HTTPS://GEPA-AVALIACAOEDUCACIONAL.COM.BR/](https://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/)



CURSOS

GINEAD



Curso Avaliação Educacional Gratuito → Certificado Valido em Todo Brasil ←

Curso Online Avaliação Educacional. Aprenda, os conceitos que envolvem a avaliação, passando pelos diversos elementos que compõem o ensin...

NOVA ESCOLA



Curso Avaliação de Aprendizagem no Fundamental 1 | Gratuito

Conheça o curso de Avaliação de Aprendizagem no Ensino Fundamental 1: função e ferramentas.

ESCOLA VIRTUAL

[HTTPS://WWW.ESCOLAVIRTUAL.GOV.BR/CURSO/606](https://www.escolavirtual.gov.br/curso/606)



Ao falarmos de avaliação para aluno surdo como processo de inclusão, é preciso considerar que esse ambiente escolar e a comunidade esteja em constante formação linguística para comunicação, não apenas o professor regular, pois a não proficiência em Libras dos envolvidos no processo de escolarização interfere diretamente na avaliação desses alunos, que continuará sendo injusta e incoerente com o nível de cada aluno surdo.

Enfatizamos a necessidade dos professores e toda a comunidade escolar estar inserido em processos formativos voltados a conhecer o surdo, a surdez e a língua de sinais, para assim, poder ofertar uma educação que objetive a qualidade e inclusão de todos os seus alunos, comprometidos com a formação integral de todas as pessoas com necessidades educativas especiais.

Acreditamos que as escolas necessitam colocar em prática estratégias que suscitem ações inclusivas dentro de todo o processo escolar, principalmente a reformulação de avaliações mais coerentes com o perfil do alunado atendido dentro dessas instituições, objetivando alcançar a meta comum de todos da comunidade escolar, que são as aprendizagens.

Esse *E-book* é baseado na dissertação intitulada “O aluno surdo: um estudo acerca da avaliação da aprendizagem na perspectiva inclusiva nos Anos Finais do Ensino Fundamental”, traz conceitos e ideias de avaliações inclusivas, assim como sugestões de adaptações de avaliações, e mesmo sem solucionar os grandes problemas da inclusão, certamente contribuirá para mudanças positivas de inclusão avaliativa, linguística e cultural do aluno surdo, fomentando em uma mudança de postura dos envolvidos na pesquisa e aos pesquisadores, alunos e professores que tiverem acesso a esse produto educacional.

Esperamos que esse material alcance a muitos professores que sentem dificuldade em incluir os seus alunos surdos no processo avaliativo, servindo de fonte de pesquisa para os que se interessam em pesquisar sobre a temática, e que possamos ampliar essas discussões para tornar as escolas em espaços inclusivos, fazendo a avaliação sair desse caráter tradicional, para um viés formativo e prazeroso dentro de todo esse processo, e o professor como um eterno pesquisador rumo às suas qualificações docentes.



ARAÚJO TALMAG, Ane Frank. *Avaliação da Aprendizagem de Alunos Surdos no Ensino Superior: estudo de caso em um curso de graduação em Letras Libras*. Dissertação em Educação 2018. 106 f.

BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADDAUS, G. F. *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Pioneira, 1983. 307p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, DF, 1996.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências: Brasília, DF, 2002.

BRASIL. *Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. MEC: 2018.

DESPRESBITERIS, Leá; TAVARES M.R. *Diversificar é preciso...: instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. *Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos*. Recife: 2ªed. Revisada e ampliada. Ed. Do autor, 2007

FERNANDES, Sueli. *Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações*. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Grupos de estudos por área. Curitiba, agosto de 2007.

HOFFMANN, J. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 32. ed., Porto Alegre: Mediação, 2003.



LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*/ Cipriano Carlos Luckesi- 1. ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

LULKIN, Sérgio Andrés. *O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada*. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 33-50.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar*. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. *Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas* – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão*. Ponto de Vista, nº 05. Florianópolis. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

WRIGLEY, Oliver. *Política da surdez*. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

ZERBATO, A.P.; MENDES, E. G. *Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar*. Educação Unisinos. v. 22, nº 2. p.147-155, abril-junho, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.



SOBRE A AUTORA

28



Nascida na cidade de Teresina- Piauí, é mestra em Educação Inclusiva em rede(PROFEI/UEMA). Graduada em pedagogia (UFPI) e Letras-Libras (UNIASSELVI). Especialista em Educação Especial (IESM); Libras e Docência Superior(FAEME); Gestão e supervisão escolar (FACEI); pesquisadora na área de educação de surdos há mais de 10 anos.

Professora na Educação Básica no Município de Teresina; Ensino Superior em Universidades e Faculdades do Piauí e Maranhão; Formadora na área de Educação Especial e Libras

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019205937762569>

PARA CITAR ESSE CADERNO PEDAGÓGICO, REFERENCIE:

FREITAS, Thayane Nascimento. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI/ Universidade Estadual do Maranhão.). Avaliação Inclusiva para alunos surdos. [formato e-book]. 2022.

